



Especialização e potencial endógeno na análise regional

Mario Riedl¹
Cláudio Machado Maia²

Resumo

O estudo objetiva apresentar o QL como a medida de especialização regional difundida em pesquisas voltadas a identificar a estrutura econômica e as potencialidades endógenas para o desenvolvimento dos territórios, revelando setores de uma região que apresentam maiores possibilidades para produção, (re)identificando a economia que suporta os territórios. A metodologia de abordagem de pesquisa exploratória demonstra a importância do espaço nos processos de desenvolvimento, numa perspectiva que considera a superação do nível de especialização agropecuária de uma região como ponto de partida do processo de desenvolvimento regional. Os resultados e conclusões do estudo permitem conceituar território como unidade de planejamento e gestão considerando a singularidade cultural de determinado lugar e região como uma construção social resultado de um processo de regionalização. A tese defendida é de que o principal indicador das potencialidades de desenvolvimento endógeno de uma região é o que já existe na região, seria a sua especialização atual.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; economia regional; especialização.

¹ Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: mriedl@unisc.br

² Economista, Especialista em Controladoria, Mestrando, bolsista da CAPES do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: claudiomaia@pop.com.br

Specialization and internal potential in the regional analyses

Abstract

The aim of this paper is to discuss the roll of specialization in the process of regional development. We start by presentation about the importance of the space in development process, take into consideration the specialization's level of the region or territory, mening that the main important indicator of potentials the domestic development of the region is what exist in the region, your currently specialization. A new interpretation of the most used measure of regional specialization – the Location Quotient – that frees it from its traditional bounds to the level of employment in different sectors of economy.

Key-words: regional development; regional economics; specialization.

Introdução

A organização da fundamentação teórica do presente estudo considera a importância da abordagem do espaço nos processos de desenvolvimento, numa perspectiva que considera a superação do nível de especialização agropecuária – de uma região ou território – como ponto de partida do processo de desenvolvimento regional.

O território está sujeito ao aparato político e jurídico, em que estão estabelecidas relações de domínio distintas. Como é sabido, a divisão política e administrativa do Estado Brasileiro está organizada nos níveis de legitimação da esfera pública – federal, estadual e municipal. Níveis que se impõem como o primeiro recorte territorial³. Entretanto, o conceito de território superpõe-se a essa divisão, o que implica a necessidade de se conceber formas não convencionais de planejamento e gestão de programas e projetos.

Conforme Verde (2004, p.16), o território como unidade de planejamento e gestão é um conceito novo. Novo não no seu recorte espacial – as regiões são, até hoje, o emprego concreto dessa concepção –, mas sim na sua proposição de considerar a singularidade cultural de determinado lugar.

Na OCDE ... a idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2000 apud Verde 2004, p.16).

O território, seja ele qual for, é entendido como espaço em que as relações sociais são conferidas historicamente. Os elementos presentes na discussão do território possibilitam avançar teórica e metodologicamente na compreensão do regional inserido numa economia globalizada. Dentro de certo tipo de economia hegemônica, há espaços mais produtivos do que outros, assim, ter-se-ia de medir, ou ao menos considerar, produtividades espaciais diferentes, segundo os

³ Passando por cima das etnias, como é o caso das nações indígenas (VERDE, 2004, p.17).

lugares, o que tornaria possível participações diferentes no processo global de desenvolvimento.

Conforme Paiva (2005), uma região não é uma entidade física, mas uma construção social. Uma região é o resultado de um processo de regionalização. Esse processo, assim como seus resultados, é função dos objetivos daqueles que o põem em curso.

Assim, um mesmo território pode e deve ser objeto das mais distintas regionalizações. Se o que se busca é definir e diferenciar os potenciais de produção agropecuária de um determinado território, o tipo e a qualidade do solo, o clima (inclusive o padrão pluviométrico), a disponibilidade de recursos hídricos, e a estrutura fundiária, parecem ser os critérios fundamentais (ainda que não exclusivos) de um processo de regionalização. Diferentemente, se o que buscamos é identificar e diferenciar padrões de desenvolvimento regional, o critério fundamental de regionalização deve ser o desempenho sócio-econômico de longo prazo, balizado pelos determinantes (cuja identificação, pressupõe uma pesquisa específica) deste mesmo desempenho (PAIVA, 2005, p.1).

Conforme Paiva (2006b, p.1), a tese defendida, neste ensaio, é a de que o principal indicador das potencialidades de desenvolvimento endógeno de uma região é o que já existe na região; do ponto de vista de que o principal indicador de potencialidade de uma região seria a sua especialização atual. Tese que aproxima a idéia de “potencial” – alternativas existentes para a região, suas possibilidades futuras, suas chances de superação – da idéia de “especialização” – que trata de trajetórias já trilhadas, de opções já feitas, que levaram a processos de integração/interdependência (ou mesmo, subordinação!) nem sempre bem sucedidos. Tese que alimenta resistências. Especialmente daqueles segmentos sociais mais fragilizados no interior do padrão atual de reprodução da vida material.

Para o conhecimento dos padrões regionais do crescimento econômico, utiliza-se, com certa frequência, um conjunto de medidas de localização e especialização como métodos de análise regional. A mais difundida das medidas de especialização regional na literatura

econômica é o Quociente Locacional, ou QL⁴, o qual será apresentado neste estudo.

Caracterização de uma região para o desenvolvimento

Uma região de planejamento para o desenvolvimento endógeno é uma região que apresenta elementos de homogeneidade (basicamente em sua estrutura rural) e de diversidade (representada por pólos urbanos que, por definição, se diferenciam de seu entorno rural ou suburbano). Conforme Paiva (2006d), tal região deve apresentar:

1) uma produção básica homogênea⁵, assentada em estruturas de propriedade e padrões tecnológicos capazes de garantir um mínimo de solidariedade de projeto por parte dos produtores⁶; 2) pólo(s) urbano(s) responsável (eis) pela prestação de serviços e agregação de valor à produção básica; e 3) instituições capazes de explicitar e transformar a comum-idade de interesses dos diversos agentes-elos das cadeias produtivas em um programa consciente de desenvolvimento.

⁴ Evidentemente que a utilização de outras técnicas analíticas aumenta a capacidade do pesquisador em compreender os problemas que esteja investigando (HADDAD, 1989, p.225).

⁵ Essa produção básica será usualmente, mas não necessariamente, agropecuária. Na verdade, quanto menos desenvolvida for a região, maior a probabilidade de que sua produção de exportação seja agropecuária (PAIVA, 2006d Apud NORTH, 1977, p.333-343).

Conforme Paiva (2006d), por “homogeneidade da produção básica” queremos dizer tão somente que cada um dos bens básicos de maior expressão econômica (seja no plano da ocupação da mão-de-obra, seja no plano da agregação de valor) devem ser produzidos, senão em toda a região, na maior parte da mesma. Logo, a homogeneidade da produção básica de uma região não implica nem em monocultura ou monoespecialização, nem mesmo em supressão de toda e qualquer heterogeneidade interna à região.

⁶ Como se entende que o planejamento do desenvolvimento de um determinado território deve se pautar na mobilização de agentes com interesses comuns, e a regionalização adequada a este “planejamento participativo” é a que resgata esta comum-idade de interesses, então a regionalização adequada a este padrão de planejamento é a que resgata homogeneidades produtivas. É a que resgata homogeneidades produtivas que articulam um grande número de agentes do território em consideração; homogeneidades que só se dizem presentes na produção de bens básicos no sentido de North, vale dizer, de bens que se destinam ao consumo de agentes residentes em outros territórios.

Medida de especialização – Quociente locacional ou QL

O quociente locacional compara a participação percentual de uma região em um setor particular com a participação percentual da mesma região no total do emprego da economia nacional. Se o valor do QL for maior do que 1, isso significa que a região é relativamente mais importante, no contexto nacional, em termos do setor, do que em termos gerais de todos os setores. Revela os setores de uma região que apresentam maiores possibilidades para atividades de exportação – um QL maior do que 1 poderia indicar que a atividade na região é básica, ou seja, voltada para a exportação; e um QL inferior a 1 representaria uma atividade não básica, voltada para o mercado da própria região (HADDAD, 1989, p.232).

O quociente de localização é a mais importante dentre as diversas medidas de especialização regional desenvolvidas pela Teoria Econômica. Não apenas informa se o objeto de mensuração é ou não especializado (e “o quanto é especializado”), mas também informa o quanto ele é especializado em algo, e não o é em outro ponto. Pois, conforme Paiva (2006a, p.7), se há especialização(ões), se uma percentagem maior (vis-à-vis certa norma, certo padrão médio) de tempo, trabalho e energia de um determinado agente é alocado numa determinada atividade, então uma percentagem menor (vis-à-vis a mesma norma, o mesmo padrão médio) desse trabalho e dessa energia será alocado nas atividades alternativas.

O Quociente Locacional busca expressar a importância comparativa de um segmento produtivo para uma região vis-à-vis a macro-região na qual aquela está inserida. Mais especificamente, ele busca traduzir “quantas vezes mais” (ou menos) uma região se dedica a uma determinada atividade vis-à-vis o conjunto das regiões que perfazem a macro-região de referência. Usualmente (mas não obrigatoriamente!) utiliza-se a participação percentual do emprego num determinado setor como medida de importância ou dedicação a certa atividade. (PAIVA, 2006a, p.7).

Logo, o QL fica definido da seguinte forma:

E_{ij} = emprego setor i na região j;

E_{Tj} = emprego total (em todos os setores considerados) na região j;

E_{iT} = emprego do setor i em todas as regiões;

E_{TT} = emprego total em todas as regiões;

então:

$$QL = (E_{ij}/E_{Tj}) / (E_{iT}/E_{TT}) = (E_{ij}/E_{iT}) / (E_{Tj}/E_{TT})$$

Os COREDES como proposta de regionalização

Os COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são instâncias de planejamento regional que têm por objetivo discutir alternativas para o desenvolvimento das regiões do Estado. A divisão regional, inicialmente composta por 21 regiões, foi alterada em 1998 com a criação do 22º COREDE – Metropolitano Delta do Jacuí, em 2003 com a criação dos COREDEs Alto da Serra do Botucaraí e Jacuí Centro. Em 2006, foram criadas outras duas regiões: Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea⁷.

Embora se reconheça que a regionalização representada pelos COREDES tenha de ser um dos pontos de partida de qualquer regionalização para o planejamento do desenvolvimento territorial no Rio Grande do Sul⁸, especificamente, o que deve ser defendido é um planejamento estabelecido a partir de perspectivas que considerem o debate científico.

De um lado, o aporte do conhecimento científico para a construção de regionalizações que auxiliem na compreensão e, posteriormente, no direcionamento das ações para o desenvolvimento; e, de outro, a participação da população na construção das reivindicações. A questão central é a mediação entre estas duas perspectivas – técnico-científica e reivindicatório-participativa (PAIVA, 2006c).

Muitos dos levantamentos e análises que serão apresentados nas próximas páginas tomaram como referência a divisão do Rio Grande do Sul em 24 COREDES (figura 1).

⁷ ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2006, <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=467>

⁸ Em primeiro lugar, porque, por mais questionáveis que tenham sido as determinações que levaram à criação das Associações Municipais nas quais foram embasados os Coredes, essas determinações comportam materialidade e enraizamento social, devendo ser incorporadas entre os determinantes da regionalização. Em segundo lugar, porque os Coredes já contam com uma história, e toda a história tem efetividade, tem efeitos reais que não podem ser ignorados sem impor prejuízos ao processo de desenvolvimento socioeconômico (PAIVA, 2006c)

Neste estudo, nosso objeto de análise será o COREDE Noroeste Colonial, onde a investigação abordará indicadores sócio-econômicos e, em especial, o QL como medida de especialização dos municípios que compõem a referida região (figura 2).

Figura 1

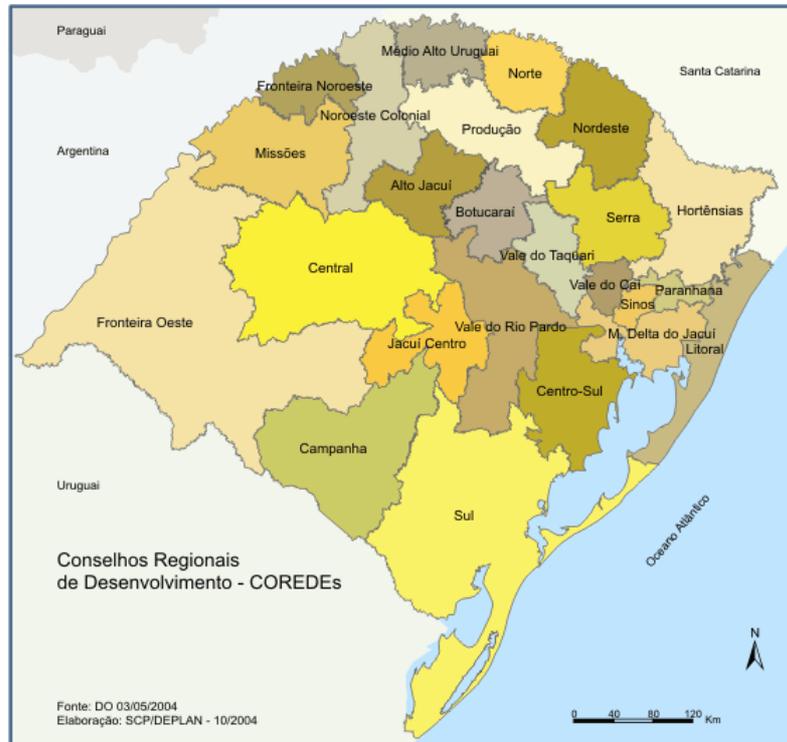


Figura 2

O COREDE Noroeste Colonial

A região do COREDE Noroeste Colonial é formada por 32 municípios, onde predomina a população rural e, conseqüentemente, a atividade agropecuária.

Municípios pertencentes ao COREDE Noroeste Colonial: Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Bom Progresso, Bozano, Braga, Campo Novo, Catuípe, Chiapeta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Miraguaí, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha.

A partir da constatação de que o Noroeste Colonial apresenta considerável quantidade de propriedades rurais, há a necessidade de

apresentarmos algumas fundamentações teóricas relativas ao rural como território.

Considerando o rural como território, busca-se o enfoque integral da sociedade rural e a dinamização de suas próprias economias, o que possibilitará o avanço em nova concepção de políticas públicas⁹. Tal concepção é pertinente, pois se baseia na evidência de que a maior parte das políticas públicas aplicadas nos territórios rurais latino-americanos contempla parcialmente os elementos que constituem essa visão integral de ordem regional e territorial (PERICO e RIBEIRO, 2005).

Para definir região na abordagem aqui apresentada, inspirado em PAIVA (2006), é fundamental a disposição dos agentes internos¹⁰ em conversar, em dialogar e em se identificar com aquilo que estão dispostos a “fazer” por sua iniciativa própria, numa cadeia de interesses e identidades – origens de colonização, características de suas propriedades, certa ideologia, em que o conjunto da sociedade seja representado identitariamente, com certa solidariedade, constituindo estruturas dialogantes.

A tradição e a história têm permitido construir culturas que incorporam cosmovisões particulares, linguagens, formas de relação, valores estruturados em torno de uma moral, princípios étnicos, sentido de participação e identidade. A visão territorial propõe revalorizar esses elementos, dando-lhes espaço adequado e incorporando-os às políticas de desenvolvimento, fortalecendo, protegendo e preservando as culturas rurais.

Identificar o “potencial” de uma região é identificar aqueles setores que, uma vez mobilizados/fomentados, geram o maior benefício por unidade de custo. Isso significa dizer, em primeiro lugar, que o “potencial de uma região” deve ser pensado como a capacidade dela em dar início e sustentação a processos de autonomia material e bem-estar crescente dos agentes produtivos locais e de seus dependentes

⁹ Como, em geral, a política para o setor rural é decidida e instrumentada em outros âmbitos institucionais do setor público, sem uma adequada coordenação por parte das autoridades públicas pela problemática rural, uma visão ampliada do rural, englobando as diversas atividades econômicas agrícolas e não agrícolas que se desenvolvem no âmbito rural e que reconheçam a multiplicidade de objetivos e funções do desenvolvimento rural, torna ainda mais necessária a coordenação institucional na aplicação das políticas públicas, uma vez que essas atividades geram novos atores, novas necessidades e uma grande quantidade de oportunidades de emprego e geração de riqueza (Piñeiro, 2000 Apud PERICO e RIBEIRO, 2005, p.28).

¹⁰ Coletivo organizado - produtor familiar, lideranças locais, atores sociais públicos e privados, representantes do Estado, comércio, indústria, serviços....

com base na mobilização do maior volume possível de recursos produtivos disponíveis internamente.

Apresentação e análise dos dados

Identificou-se o peso relativo de cada macrossetor¹¹ produtivo, comprovando assim que a atividade agropecuária caracteriza a região como predominantemente rural¹², onde mais de 30% do Valor Adicionado Bruto – VAB é gerado na agropecuária, conforme é verificado nas Tabelas 1 e 2, no Anexo Estatístico. Na tabela 2, podemos verificar a composição do VAB dos municípios e a proporção da população rural, o que nos possibilita inferir sobre a ruralidade dos municípios da região, cuja economia e crescimento podem se basear na produção e na exportação de produtos primários básicos¹³, e, como veremos na análise dos indicadores, o produto de exportação não se limita a apenas um único produto ou item de produção. A agropecuária é a principal fonte de integração da comunidade com o exterior. Como a demanda dos produtos agrícolas não tem que ser exclusivamente interna, isso possibilita a garantia de mercados externos de livre demanda, que são, usualmente, sua fonte de demanda autônoma, necessária ao desenvolvimento de sua divisão regional mercantil.

No Noroeste Colonial, conforme a análise dos dados – e se adotarmos uma abordagem Marxista, na qual o enfoque teórico só pode ser usado em conjunto com uma análise social e histórica em que a teoria não é analisada isoladamente, mas modificada por processos históricos concretos e examinada nas suas condições históricas, sociais e políticas –, observa-se que a presença da agricultura pôde se dar de formas sutis e disfarçadas, estabelecendo “novas” formas de produção e de relação num processo que agrega a realização de várias atividades, urbanas e rurais. A percepção de adaptabilidade dos trabalhadores – rurais e urbanos – e da sua possibilidade de se adequar à lógica do capital se dá sob o desempenho de atividades agrícolas e não agrícolas¹⁴. Conseqüentemente, propõe-se que a priorização da agricultura signifique que as atividades rurais são as fontes internas do

¹¹ PAIVA (2004, p.28).

¹² Professor José Eli da Veiga em seu site <www.econ.fea.usp.br/zeeli/> Apud PAIVA (2004, p.28.)

¹³ No sentido de NORTH (1977, p.333-segs.). Aqueles que exportam e por sua vez geram renda que, por sua vez, gera economias no entorno, mobilizando outros setores – mobilizados internamente, não esperando a ajuda do Estado.

¹⁴ SCHNEIDER, 2005.

desenvolvimento urbano, alavancando-o e, num momento seguinte, reduzindo a participação da agropecuária no VAB e nas atividades da população ocupada da região¹⁵.

Um VAB Total da Indústria superior a um quarto do VAB Total – de todos os macrossetores (e/ou uma população industrial superior a um quinto da população total) poder-se-á suspeitar da existência de potencialidades imediatas na indústria regional. O que pode significar que uma elevada participação do VAB e/ou da população da agropecuária e da indústria indica o potencial desses macrossetores para gerar trabalho e renda. Já, uma elevada participação do VAB e/ou da população no macrossetor serviços pode expressar a estruturalidade da crise produtiva da economia regional (PAIVA, 2004, p.30).

Tanto na comparação do Noroeste Colonial com os outros COREDES, quanto na sua comparação com os seus municípios, internamente, respectivamente Tabelas 1 e 2, é evidente a elevada participação relativa do setor de serviços no VAB. Situação que poderia nos levar a inferir sobre a estruturalidade de uma crise produtiva da economia da região.

Hipoteticamente, o gargalo que pode ser perceptível, encontra-se no setor industrial, onde a região apresenta participação relativa muito baixa, embora tenha apresentado crescimento nos últimos anos. Com um setor agropecuário muito presente e o de serviços com tal representatividade, acredita-se que há um suporte suficientemente adequado ao setor industrial, cujo maior dinamismo e conseqüente crescimento pode se verificar, não só pela falta de maiores investimentos no fomento ao setor, mas, talvez, pela deficiência de finanças públicas e de uma estrutura de transporte que reduza o tempo de percurso de escoamento da produção, visto que, principalmente, 68% do VAB Industrial chega a um terminal rodoviário de transporte, em média, em uma hora. E, com relação aos acessos aos portos da Bacia Sudeste do Estado e Rio Grande, o tempo mais freqüente de acesso rodoviário varia entre três e sete horas. A estrutura viária é formada pela RS-155, de Ijuí à barranca do Uruguai, e pela BR-468/RS-210, na porção norte. Ou seja, grande parte dos municípios internos a esses quadrantes não tem acessibilidade a esses eixos. Por essa razão, dez sedes municipais não têm acesso pavimentado (Barra do Guarita,

¹⁵ A redução da elevada participação da agropecuária no VAB e na ocupação da população é necessária, pois essa alta participação correlaciona-se de forma negativa com o PIB per capita regional. Nota-se na Tabela 3

Vista Gaúcha, Derrubadas, Tiradentes do Sul, Sede Nova, São Valério do Sul, Inhacorá, Braga, Nova Ramada e Bozano)¹⁶.

Agora, entre municípios da região, contraditoriamente, poder-se-á exemplificar como indicação de potencialidade o indicador VAB Ind de um município/VAB Total do COREDE a que pertence o município. Se observarmos os municípios de Três Passos (4.900 trabalhadores em comércio e serviços e 1.254 trabalhadores na indústria local e em setores relacionados) e Panambi (4.900 trabalhadores em comércio e serviços e setores relacionados e 5.605 trabalhadores na indústria e em setores relacionados), veremos que a atividade industrial apresenta ocorrências significativas para o contexto municipal (Tabela 2).

Na apropriação e geração de renda, como pode ser visto na Tabela 2 do Anexo Estatístico, a relação Rendimento Domiciliar Anual per capita/PIB per Capita (RD/PIB) varia entre um máximo de 51,56% (Ijuí) e um mínimo de 16,67% (Bozano, município de emancipação datada de 16 de abril de 1996 – Lei nº. 10741, originário de Ijuí). Esse indicador apresenta um desvio padrão relativo de 8,41% e uma medida de variação relativa de 24,91% considerada de média dispersão¹⁷. Essa variabilidade média “em torno da média” revela seu significado ao se tomarem os municípios como referência, o que por sua vez revela que a região apresenta uma proporção média de desigualdades regionais, homogênea se comparada com outras instâncias no Estado. Para se ter a dimensão da variabilidade desse indicador, exemplificamos com dois casos extremos, no Rio Grande do Sul, da relação Rendimento Domiciliar Anual per capita/PIB per Capita, cujos valores relativos extremos são de 95,94% para Santa Maria e de para 2,60% para Triunfo; valores que nos revelam as desigualdades regionais no que diz respeito à geração e à apropriação de rendimentos. Desigualdades que podem ser explicadas pelo grau de controle dos agentes residentes sobre o excedente operacional gerado na região e sobre a carga tributária das atividades realizadas internamente¹⁸.

¹⁶ Rio Grande do Sul, Rumos 2015. Relatório v.1, p.92.

¹⁷ Média dispersão se for consideradas as desigualdades regionais existentes no Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁸ Não há dúvida de que os proprietários das empresas que operam no Pólo Petroquímico de Triunfo não são residentes no município, mas o fato de a carga tributária que incide sobre as atividades do Pólo não reverter necessariamente para o município, ou seja, sobre a forma de pagamento de salários do funcionalismo público “residente” da cidade de Triunfo. Enquanto, em Santa Maria, uma cidade que não é tipificada como industrial, e sim uma cidade-pólo de serviços, inclusive públicos e administrativos, beneficia-se

A relação Rendimento Domiciliar Anual Per Capita/PIB Per Capita está mais para um indicador de potencialidades do que de “negatividade”. Uma vez que uma elevada apropriação regional de excedente pode ser mobilizada para a reconversão produtiva da região. Por outro lado, uma relação muito baixa, como a que ocorre em municípios como Triunfo, revela a existência de um “vazio” entre produção e apropriação que deve ser objeto de políticas públicas voltadas à “endogenização” do controle do excedente econômico gerado na região (inspirado em PAIVA, 2004, p. 35-36).

Especificamente, no caso do Noroeste Colonial, conforme a análise aqui apresentada, identifica-se, em termos relativos, propensão à geração e à apropriação de rendimentos internamente, haja vista que a variabilidade na relação RD/PIB entre os municípios do Noroeste Colonial é considerada de média a baixa dispersão¹⁹; propensão que pode ser alavancada via políticas públicas específicas para a região. Empiricamente, constata-se que atores locais,²⁰ presentes em muitos dos municípios, têm apresentado um esforço endógeno, quer por meio de Programas Municipais de Desenvolvimento Territorial, quer por atividades extensionistas com vistas a qualificar a população a potencializar seus conhecimentos e particularidades nos diversos territórios existentes na região.

O potencial regional após a análise dos indicadores

Após analisar os dados, conforme Tabela 3, identifica-se, por exemplo, que o diferencial da região que permite inseri-la em circuitos

com a transferência de recursos estaduais e federais em montantes que provavelmente superam a contribuição tributária do município.

¹⁹ A renda que é apropriada parcialmente pela região, até poderia ser considerado um gargalo se considerássemos, no setor agropecuário, as culturas da soja cuja maior parte da renda gerada é apropriada por não residentes nos territórios onde é desenvolvida a cultura. Haja vista a utilização de grandes áreas cultivadas, haja vista a presença de complexos agroindustriais e transnacionais presentes no desenvolvimento e na utilização da transgenia associada a sementes e produtos utilizados de forma intensiva no desenvolvimento da cultura. E, por outro lado, a identificação de atividades que estão sendo desenvolvidas por grupos de agricultores familiares que historicamente cultivavam soja e que hoje já pensam em substituir a cultura por outra(s) atividade(s) mais viável(eis) à sua reprodução e (re) inserção social.

²⁰ Um coletivo organizado com certa solidariedade, um capital social “básico”, comunidades e associações, lideranças políticas, atores sociais públicos e privados, representantes do Estado e uma Universidade – como um espaço não-político que organiza uma reflexão, com autonomia e assume uma posição que, em última instância, é ouvida por todos.

mercantis além de seus territórios é a intensa integração entre atividades agropecuárias, industriais e de serviços, marcadamente associada à predominante presença agropecuária alavancadora, setor cujo controle é realizado democraticamente vis-à-vis a presença da pequena propriedade e a articulação da população por meio de associações, cooperativas e /ou instituições garantidoras dos interesses da classe (Tabela 3, item c, Setores de Serviços). As multiespecializações identificadas no setor agropecuário traduzem-se em multiespecializações no setor de serviços – geram renda que por sua vez geram economias no entorno, mobilizando outros setores – setores de serviços que são mobilizados internamente pelo setor agropecuário altamente especializado. Esse processo interdependente, para ser transformado efetivamente em “desenvolvimento endógeno”, deve alavancar o setor industrial cujo potencial para desenvolvimento é corroborado por alguns indicadores de especialização.

Conforme informações constantes da Tabela 4, quanto aos QL's apresentados pelos municípios, relativo às culturas temporárias, dos 32 municípios do Noroeste Colonial, o soja só não está presente em apenas três (Crissiumal, Três Passos e Vista Gaúcha). O trigo só não se faz presente em Tiradentes do Sul e Vista Gaúcha. A mandioca é cultivada em 19 municípios. A cana-de-açúcar está presente em 14 municípios, e, conforme informações de extensionistas e agricultores familiares que tradicionalmente cultivam soja, há um crescente interesse em aumentar a área plantada de cana em função do surgimento de agroindústrias familiares – num esforço em agregar valor ao produto com a produção de seus derivados – em detrimento da possível redução na área plantada de soja, conseqüência da descapitalização do agricultor familiar, o que torna inviável o cultivo da referida cultura. A aveia é cultivada em 17 municípios. O centeio desponta como um produto com alta especialização relativa, ocorrendo em 18 dos 32 municípios da região (em Santo Augusto, o QL chega a 66,4112 enquanto Coronel Bicaco apresenta QL de 43,6701). Coronel Barros é o município que apresenta QL >1 em 9 produtos, seguido de Braga, Campo Novo, Derrubadas e Miraguaí, ambos com 8 produtos apresentando QL superior a 1. Relativo à região do Noroeste Colonial, constante da Tabela 4, o QL >1 é verificado nas culturas da soja (2,3621), trigo (2,3858), mandioca (1,2671), aveia (1,6917), amendoim (1,0491), melão (1,2959), linho (2,6507) e centeio (10,9331).

Conforme informações constantes da Tabela 5, dos QL's apresentados pelos municípios, relativo às culturas permanentes, Miraguaí apresenta QL > 1 em 6 produtos; enquanto Bom Progresso,

Esperança do Sul, Redentora, Tenente Portela e Tiradentes do Sul apresentam $QL > 1$ em 5 produtos. As culturas que ocorrem com maior frequência são a manga, mamão, abacate, pêra e erva-mate. Relativo à região do Noroeste Colonial, constante da Tabela 4, o $QL > 1$ é verificado nas culturas de Manga (1,1356) e erva-mate (1,0863).

Conforme as informações constantes da Tabela 6, nos $QL's > 1$ apresentados pelos municípios, relativo à pecuária, Crissiumal, Panambi e Tiradentes do Sul apresentam $QL > 1$ em 5 produtos; Barra do Guarita, Ijuí, Miraguaí, Tenente Portela e Vista Gaúcha possuem QL superior a 1 em 4 produtos. O leite apresenta $QL > 1$ em 25 municípios, o suíno apresenta $QL > 1$ em 14 municípios, o mel de abelha em 11 municípios. Relativo à região do Noroeste Colonial, constante da Tabela 4, com $QL > 1$, o leite (1,7273) é o que mais se destaca, seguido do suíno (1,0755).

Analisando a Tabela 7, observar-se que a média dos $QL's$ do município de Santo Augusto é a mais elevada dentre os 32 municípios, o coeficiente de variação e o desvio padrão acabam sendo os maiores também. O que confirma o argumento de que as regiões mais urbanizadas e economicamente consolidadas apresentam uma diversificação produtiva interna maior²¹ (independente de qual tenha sido o padrão de especialização original que inicialmente “iniciou” a urbanização da região). Por outro lado, Vista Gaúcha é o município que apresenta o menor desvio padrão e o segundo menor coeficiente de variação dos seus $QL's$ (indicação de não-especialização comparativamente com as outras economias).

É importante assinalar o problema de limitação matemática apresentada na análise dos dados, referente aos $QL's$ do centeio (Tabela 5), que revela ser inadequado comparar municípios que apresentam desigualdades regionais acentuadas em sua estrutura socioeconômica. Os municípios em que aparece a cultura de centeio (elevado QL) coincidem com as localidades em que a população urbana é bem superior à rural e cuja participação no emprego no setor agropecuário, considerada baixa, monopoliza o referido cultivo²².

²¹ PAIVA (2006a)

76,56 % da população de Santo Augusto é considerada urbana. A participação do VAB dos Serviços alcança 52,49%.

²² Por isso mesmo, se tomamos (equivocadamente) o valor absoluto do QL como uma medida simples e direta de grau de especialização, acabamos super-dimensionando a especialização real de uma região periférica pelo fato da mesma ter uma grande participação relativa em um nicho produtivo no qual a macrorregião de referência não tem expressão. Em particular, aquelas atividades cuja distribuição territorial e importância econômica global são condicionadas pela natureza (mineração, geração de

Considerações à análise dos dados

Investigando o Noroeste Colonial, identificou-se tratar de uma região predominantemente agrícola.

Conseqüência das especializações em atividades agropecuárias; dos 32 municípios do COREDE, em 26, a participação do VAB na indústria não chega a 10%, situação que justifica o argumento de que especializações geram desespecializações

Por meio da avaliação da desigualdade no PIB per capita²³, podemos verificar o grau de desigualdades entre os municípios. Ao verificar o PIB per capita, exercitou-se uma forma de medir a dispersão entre valores. Analisando os extremos da distribuição de valores dos PIB's per capita, para o que se tomou a média dos 8 municípios mais pobres e dos 8 mais ricos, comparou-se a diferença entre eles com o PIB per capita médio. Observou-se que a diferença entre o PIB per capita médio dos 8 municípios mais pobres (R\$ 4.564,99) e dos 8 mais ricos (R\$10.174,92) importava em 0,78 vezes o PIB per capita médio estadual (R\$ 7.150,73). Ou seja, a distância que separa os extremos de riqueza e de pobreza no Noroeste Colonial não é considerável; o que não ocorre numa comparação com o restante do Estado. Se compararmos, por exemplo, o PIB per capita a preços de mercado de 2000 e 2004, para o ano de 2000, a diferença entre o PIB per capita médio dos 8 municípios mais pobres do Rio Grande do Sul (R\$ 2.995,57) e o dos 8 mais ricos (R\$ 34.725,63) importava em 4,29 vezes o PIB per capita médio estadual (R\$ 7.385,31). Enquanto, para o ano de 2004, a diferença entre o PIB per capita médio dos 8 municípios mais pobres (R\$ 4.949,57) e o dos 8 mais ricos (R\$ 74.701,61) importava em 4,98 vezes o PIB per capita médio estadual (R\$14.010,86). Ou seja, a distância que separa os extremos de riqueza e pobreza no Estado é considerável. Sendo assim, podemos considerar o Noroeste Colonial como relativamente homogêneo, em detrimento da

energia hidroelétrica etc.) ou por determinações político-estratégicas (manutenção de aeronaves militares em bases aéreas fronteiriças, p.ex.) podem gerar QL's superdimensionados, se se toma como referência a expressão efetiva (absoluta e percentual) daquelas atividades na mobilização da renda e do emprego, seja na região analisada, seja na macrorregião de referência (PAIVA, 2006a, p.12)

²³ MONASTERIO e ÁVILA (2004) Apud Rio Grande do Sul, Rumos 2015. Relatório v.1, p.43.

MONASTERIO, L. e ÁVILA, R. Uma análise espacial do crescimento econômico do Rio Grande do Sul (1939-2001), ANPEC, Anais do XXXII Encontro Brasileiro de Economia, João Pessoa, PB, 2004 – Regionalizações

ocorrência de especializações em menor intensidade no setor industrial.

Particularmente, as especializações agropecuárias em linho, trigo, soja, leite e suíno se desdobram em sucessivas especializações nos seguimentos industriais de óleos vegetais, moagem de trigo e fabricação de derivados, fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura, fabricação de produtos do laticínio, sorvetes, bebidas, abate de aves e outros pequenos animais; e nos seguimentos de especialização em serviços, como serviços de seguridade social, crédito cooperativo, atividades de atendimento hospitalar, outras atividades associativas, comércio atacadista de leite e produtos do leite, educação superior e educação profissional de nível técnico etc. Setores integrados que devem ser os primeiros a ser objeto de investigação num aprofundamento de pesquisa voltada a determinar o nível superior de potencial endógeno regional com vistas a, por exemplo, promover o processo de desenvolvimento do setor industrial.

Tensão entre o local e o global: o caso de Crissiumal²⁴

Com uma população de 15.000 habitantes, Crissiumal situa-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (figuras 1 e 2), inserido na Microrregião Celeiro. Emancipado do município de Três Passos, no ano de 1954, o município de Crissiumal possui 2.374 propriedades rurais com área média de 11,0 hectares e produção primária composta pela pecuária leiteira, produção de fumo, soja, milho, trigo, suínos e outros. Além das agroindústrias do Pacto Fonte Nova²⁵, destacam-se a indústria moveleira e de calçados. De agropecuária diversificada, 62 % da população mantém sua residência no meio rural (PACTO FONTE NOVA, 2006).

Na perspectiva territorial de uma nova ruralidade, uma nova forma de gestão do desenvolvimento, o Pacto Fonte Nova revela a tensão entre o local e o global, onde os alambiques de cachaça, que existem tradicionalmente nos costumes locais, são regularizados

²⁴ Objeto de estudo da minha dissertação de mestrado no PPGDR.

²⁵ Surgiu na comunidade de Crissiumal-RS, em dezembro de 1998, fruto da mobilização das lideranças locais que entendiam ser necessário implantar um novo modelo de desenvolvimento local, baseado na consolidação de dezenas de pequenas e médias agroindústrias, criando uma nova alternativa econômica para os pequenos proprietários rurais, fortalecendo a economia local com a produção de alimentos e produtos e gerando empregos e receitas públicas. Para facilitar aos consumidores a identificação dos produtos de origem no município, decidiu-se pela criação de um SELO de Qualidade, nascendo a marca Fonte Nova.

conforme a exigência da Legislação. Essa atividade constitui uma alternativa viável no sentido da persistência e reprodução de muitas famílias no meio rural da região de estudo, proporcionando estabilidade de renda, emprego e qualidade de vida, desempenhando um papel de desenvolvimento local sustentável ao proporcionar diversificação da atividade econômica.

Em Crissiumal, a agroindustrialização da cana-de-açúcar foi iniciada em meados de 1998, inclusive com Selo de Garantia, possibilitando a produção de derivados como a cachaça, melado e açúcar mascavo, e conseqüente utilização do bagaço como adubação orgânica e alimento para o gado, evidenciando os tratos ecológicos e a questão ambiental, seja no plantio, na capina e na rebrota. A comercialização dos produtos é realizada no âmbito local, no regional e no estadual, com registro de exportações para outros países, como Chile e Alemanha. Com isso, o Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova²⁶ gerou mais de 210 empregos diretos, industrializando mais de 100 produtos e com o faturamento bruto anual no ano de 2002 sendo superior a 1,5 milhões reais. Nos últimos três anos, Crissiumal recebeu mais de 250 caravanas e excursões que vem dos mais diversos municípios do Rio Grande do Sul, de outros estados e países (superando os 11.000 visitantes), com o objetivo de conhecer a iniciativa de agroindustrialização local.

Uma alternativa de reprodução social que foi adotada em reposta a tensão entre um movimento global de modernização agrícola excludente e as iniciativas locais, numa conjuntura universalizante onde o rural se apresenta “urbanizado”, numa nova ruralidade, pluriativa como forma de “sobrevivência” num sistema maior – o sistema capitalista.

Considerações finais

A tese defendida neste ensaio é a de que o principal indicador das potencialidades de desenvolvimento endógeno de uma região é o que já existe na região. Tese que aproxima a idéia de potencial – alternativas existentes para a região, suas possibilidades futuras, suas chances de superação – da idéia de especialização – que fala de

²⁶ O Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial de Crissiumal mobilizou as principais entidades e lideranças locais, destacando-se, no Conselho de Administração, a Prefeitura Municipal de Crissiumal; EMATER-RS; Associação Comercial e Industrial; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Sindicato Rural; SICREDI; Banco do Brasil; Banrisul; Caixa Econômica Federal; Conselho Municipal de Agropecuária; Associação dos Técnicos Agrícolas e Câmara Municipal de Vereadores.

trajetórias já trilhadas, de opções já feitas, que levaram a processos de integração/interdependência (ou mesmo subordinação). Uma tese que alimenta resistências, especialmente daqueles segmentos sociais mais fragilizados no interior do padrão atual de reprodução da vida material.

Como considerações finais, apresenta-se o Noroeste Colonial com uma estrutura produtiva relativamente distribuída, que embora o setor industrial apresente participação relativa inferior, identifica-se o potencial de superação de tal gargalo a partir da identificação de algumas políticas públicas municipais, como é o caso de Crissiumal e de outros municípios próximos, cujo desempenho está condicionado a uma maior articulação entre as lideranças locais no sentido de tornar comum seus interesses.

Finalizando este estudo, vale dizer, que os limites de um desenvolvimento local endógeno não são fixos.

Um exemplo bem simples pode ilustrar as considerações finais: uma criança não se torna adulta, capaz de sustentação e auto-determinação, sem internalizar criticamente e dentro de padrões e organizações particulares e individuais as interdições que garantem sua reprodução na sociedade. Porém, nenhuma criança se torna adulta sem a mediação “endógena” da autoridade e da educação. Toda a criança em transição para a fase adulta é um sistema em desenvolvimento endógeno. Mas um sistema que vive dentro de outro sistema – a família, que vive dentro de outro – a comunidade, a localidade, que vive dentro de outro – a sociedade, a nação, e assim por diante. Nenhum destes subsistemas pode se desenvolver sem relação com o (vale dizer, sem depender do, sem se moldar pelo) sistema maior do qual é parte. E, por definição, nenhum subsistema pode se desenvolver ou alcançar auto-determinação, se depender apenas das impulsões do sistema maior (PAIVA, 2006, p.4).

Ora, um determinado subsistema apresenta desenvolvimento (rigorosamente) endógeno quando esse processo é articulado desde dentro, não contando com qualquer auxílio ou investimento do sistema maior, mas contando com a mobilização e acumulação de recursos dos agentes beneficiários do processo, que habitam na região e que são os responsáveis pela conquista e colocação da produção regional no

exterior²⁷. Empiricamente, identifica-se (ao menos, hipoteticamente numa fase inicial) o fundamento legítimo do modelo de desenvolvimento regional apontado contemporaneamente por North²⁸: a especialização produtiva regional controlada desde dentro e planejada com vistas a deprimir a volatilidade da renda dos agentes internos apresenta-se como instrumento de alavancagem da mercantilização, da urbanização, da divisão do trabalho e da produtividade daquelas regiões caracterizadas pela limitação do tamanho do mercado interno. Como é o caso de Crissiumal, onde, na relação com o exterior, há a endogenização das condições de desenvolvimento.

Referências bibliográficas

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL: Regiões dos COREDES. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=467>>. Acesso em: 04 fev. 2006.

CARNEIRO, M. J. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica.** In: I Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: NEAD/PGDR/UFRGS, 2005.

HADDAD, P. R. (Org.). **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise.** Fortaleza: BNB, 1989.

NORTH, D. C. **A agricultura no Crescimento Econômico Regional.** In: SCHWARTZMAN, J. (Org). **Economia Regional: textos escolhidos.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, 1977, p.333-343.

PACTO FONTE NOVA. **Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial.** Disponível em

²⁷ A articulação com o exterior é altamente potencializadora do desenvolvimento endógeno (PAIVA, 2005).

²⁸ Usualmente conhecido como “modelo de base de exportação”, uma vez que se pode identificar, pelo menos inicialmente, a transformação de uma tensa relação difuncional entre “tamanho de mercado” e divisão de trabalho, de uma contradição retardadora do processo de desenvolvimento, em um fator de alavancagem desse mesmo desenvolvimento que só é possível pela solução exportadora (NORTH, 1955, p.243-258 Apud PAIVA, 2004, p.24-25). Havendo uma dupla identificação e mobilização dos seguimentos internos capazes de produzir um excedente vis-à-vis à demanda regional e às comunidades externas aptas a demandar aquela produção excedente a um preço igual ou superior ao somatório dos custos efetivos de produção.

<<http://www.pactofontenova.com.br/historico.php>>. Acesso em: 30 out. 2006.

PAIVA, C. Á. N. **Desenvolvimento Regional, Especialização e suas Medidas**. In: Indicadores Econômicos. v.16. n.2. Porto Alegre: FEE, 2006a.

_____ **Desenvolvimento Endógeno e Potencialidades Regionais**. Porto Alegre: FEE, 2006b. (mimeo)

_____ **Re-regionalizar o RS para planejar o desenvolvimento endógeno dos territórios retardatários: um programa de pesquisa em curso**. Porto Alegre: FEE, 2006d. (mimeo)

_____ **Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável**. In: Anais nas Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada. Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2005.

_____ **Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?** In: Documentos FEE. n.59. Porto Alegre: FEE, 2004.

PAIVA, C. Á. N.; TARTARUGA, I. G. P. **Sabedoria e Ilusões da Análise Regional**. Porto Alegre: FEE, 2006c (mimeo).

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Rumos 2015 – Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes no RS**. Consorcio Booz Allen – FIPE – HLC. Porto Alegre, 2006.

PERICO, R. E.; RIBEIRO, M. P. **Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável**. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005.

SCHNEIDER, S. **O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural**. Porto Alegre, UFRGS, 16 set. 2005. Palestra ministrada aos professores, alunos e convidados do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

_____ **O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural**. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, MDA, Brasília, agosto, 2005.

VERDE, V. V. **Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, 2004.